

**Atas da Conferência**

**Economia Solidária,  
Por um Comércio Justo  
Transformador**



**13 de Março de 2018  
Centro de Informação Urbana de Lisboa**

# **Atas da Conferência “Economia Solidária, Por um Comércio Justo Transformador”**

**13 de Março de 2018**  
***Centro de Informação Urbana de Lisboa***

A conferência “Economia Solidária, Por um Comércio Justo Transformador” visou debater e refletir sobre os conceitos e as práticas da Economia Solidária hoje, no mundo e em Portugal, e explorar as relações entre comércio justo e economia solidária.

Esta conferência é o culminar de um processo que o CIDAC tem vindo a construir nos últimos dois anos para aumentar a visibilidade e a adesão ao comércio justo em Portugal. Para tal convidámos produtores e produtoras de comércio justo, bem como investigadores/as e académicos para participar em diversas atividades de informação e de sensibilização sobre o comércio justo.

# PROGRAMA

## **10h – Enquadramento histórico da Economia Solidária e diferenças entre Economia Social e Economia Solidária**

Jordi Estivill – Sociólogo, economista e teórico europeu da Economia Solidária e da Economia Social. Tem trabalhado no campo das políticas públicas de Economia Social e Economia Solidária, principalmente na Catalunha, região onde nasceu e reside.

## **10h30 – A Economia Solidária em Portugal hoje**

Rogério Roque Amaro - Professor associado do departamento de Economia Política do ISCTE. Coordenador do curso de Pós-graduação e Mestrado em Economia Social e Solidária. Membro fundador da Rede Portuguesa de Economia Solidária.

## **11h – Pausa Justa**

## **11h15 – Um Comércio Justo transformador enquadrado na Economia Solidária Stéphane Laurent - CIDAC**

CIDAC – Associação criada em 1974, com raízes na luta anti-colonial clandestina, tem trabalhado a temática do comércio justo, no quadro da economia solidária, nos últimos vinte anos, nas suas diferentes vertentes: produção, comercialização e sensibilização. A loja de comércio justo do CIDAC disponibiliza, desde 2011, produtos de comércio justo nacional e internacional.

## **11h25 – Que critérios para um Comércio Justo local?**

### **Federica Carraro – Sodepaz**

Sodepaz – Solidaridad Para El Desarrollo y la Paz é uma organização de comércio justo fundada em 1987, membro fundador da rede Espaço por um Comércio Justo. Promove projetos de cooperação para o desenvolvimento em diversos países como Cuba, Nicarágua, Guatemala, Honduras, entre outros.

## **11h45 – Uma cooperativa diferente: laços de solidariedade entre Espanha e Nicarágua Juan Jose Anaya – EspaNica**

EspaNica é uma cooperativa de comércio justo hispano-nicaraguense fundada em 1997 com o objetivo de permitir às cooperativas produtoras a comercialização direta dos seus produtos na União Europeia. As cooperativas nicaraguenses são parte da tomada de decisão relativamente a todo o processo de comercialização dos seus produtos.

## **12h05 – Quinta da Fornalha: uma experiência de Comércio Justo em Portugal Rosa Dias – Quinta da Fornalha**

A Quinta da Fornalha é uma quinta de pequena produção de frutícolas situada em Castro Marim, Algarve. Desde 2008, concentrou-se na área das frutas tradicionais da região utilizando métodos de produção tradicionais e biológicos para conservar os saberes ancestrais e o ambiente. Conta com uma cozinha certificada para transformação agroalimentar; uma loja; um alojamento turístico e um café.

**Nota:** os textos que se seguem são transcrições das intervenções realizadas durante a conferência, mantendo-se o tom coloquial próprio do discurso oral.

A transcrição e tradução castelhano-português foram realizadas pela HighLink Events, com revisão do CIDAC.

## **Enquadramento histórico da Economia Solidária e diferenças entre Economia Social e Economia Solidária, por Jordi Estivill**

Muito obrigado. Quero agradecer ao CIDAC por me ter convidado para participar neste encontro. Para mim é sempre um prazer voltar a Lisboa, estar com amigos e discutir sobre economia solidária e comércio justo.

Em primeiro lugar, dizer que conheço o CIDAC desde 2004, quando eu trabalhava na Organização Internacional do Trabalho, e devo dizer que tem todas as minhas simpatias.

E em segundo, pedir desculpa pelos meus erros de português.

Dividi a minha intervenção em várias partes e irei falar do nascimento do conceito de economia social em França e em Portugal, e falarei um pouco dos conteúdos nos países latinos, qual a sua evolução e qual o ressurgir nos anos oitenta. E, no fim, vou propor um quadro sintético onde mostro as semelhanças e diferenças entre economia social, terceiro sector e economia solidária.

A história da economia solidária está por fazer. Estamos a descobrir muitas coisas, porque até agora o que temos são histórias parciais, a história do cooperativismo, do mutualismo e do associacionismo<sup>1</sup>. Mas não temos uma história integrada para a economia solidária, embora se tenha redescoberto agora a história das classes populares, da importância do território e, sobretudo, do conceito de sociabilidade que formulou o historiador francês Agulhon.

O que sabemos é que o conceito de economia social foi usado pela primeira vez em França, em 1838, num tratado de Charles Dunoyer e que este conceito de economia social vai ser usado e vão sendo incorporados conteúdos diferentes mas convergentes pelos socialistas utópicos, pelos cristãos sociais e pelos liberais e os que correspondem ao que se chama, em França, a corrente solidarista.

O que é interessante é que, para eles, esta era uma revolta do sistema económico e social que existia naquele momento contra as más condições de vida e de trabalho da classe operária e uma forma de conseguir uma nova sociedade e uma nova economia.

Também em França é importante assinalar a figura de Le Play, que vai dar um conteúdo mais paternalista e formular uma outra visão da economia social. Na altura alguns alunos dele vieram a Portugal dar a boa nova sobre esta nova ciência que era a economia social.

Em Portugal, é interessante ver que, já em 1840, é formulado pela primeira vez o conceito de economia social. Descobri numa pequena revista filosófica e literária do Porto que se publicaram uns pequenos artigos da obra de Ramón de la Sagra, que era galego e que tinha estado em Paris, e que deu umas aulas no Ateneu de Madrid. Como resultado disto publicou um tratado de economia social.

No Porto, recolheram alguns capítulos deste livro e, em 1840, já se falava em Portugal de economia social. Não foi uma “flor de Verão” mas teve continuidade e, por exemplo, Pinheiro Ferreira, Constâncio Solano, economistas portugueses da época, já começavam a tomar distância relativamente aos clássicos da economia política.

Em 1844, o Bispo de Viseu, Alves Martim, publica um “Tratado de economia social” que não fala de economia social mas sim de economia monetária. Mas ele pensa que isto da economia social deve estar na moda e dá esse título ao seu livro.

Mas muito mais importante é Sousa Brandão, um socialista utópico português que publicou um excelente tratado de economia social em 1848.

Isto vai ter continuidade e haverá outros autores, e não é o momento de falar de todos os autores portugueses - porque seria muito longo - que vão falar de economia social. E os que falam de economia social vão ser sobretudo as primeiras associações de socorros mútuos, as primeiras sociedades de resistência em Portugal e as primeiras cooperativas de consumo.

Qual o conteúdo que os autores portugueses davam à palavra e ao conceito de economia social?

Eram três. Um deles era uma crítica da economia política. Estes autores diziam que a riqueza das nações tem de vir para nós, pois o que vemos é empobrecimento e as más condições de vida e de trabalho, portanto temos de fundar uma nova ciência que faça uma crítica desta tradicional economia política.

O segundo conteúdo que davam os autores ao conceito de economia social era uma crítica aos sistemas de assistência públicos e privados que existiam em Portugal e faziam propostas para modificar e transformar estes sistemas de assistência que pareciam ineficazes e reprodutores da pobreza.

1 - O Associacionismo pode ser visto como projeto de democratização da sociedade levado a cabo a partir de ações coletivas, livres e voluntárias, tendo como fim a luta pela igualdade, de acordo com Jean-Louis Laville.

E, em terceiro lugar, outro conteúdo consistia em que esta economia social tinha de insistir na distribuição. A economia política seria na produção, e a distribuição ter-se-ia de fazer com base em princípios de igualdade e de emancipação de associacionismo que, ao mesmo tempo, aparecia como sendo o ideal. A sociedade ter-se-ia de organizar a partir da soma das associações que as pessoas livremente podiam estabelecer.

Quando nos perguntamos se estas características de economia social ocorrem também noutros países descobrimos que sim. Em Itália, França, Portugal e Espanha é possível descobrir alguns traços comuns.

Eu diria que existem cinco traços comuns: um é a descoberta do papel que têm as iniciativas coletivas para responder às necessidades e para criar sistemas de organização para usar os bens comuns. Atualmente estão a ser feitos estudos sobre os baldios em Portugal e estamos a redescobrir a grande importância que representaram até aos nossos dias. As iniciativas mais ou menos informais das pessoas para cobrir as suas necessidades.

A segunda característica comum a estes países seria a importância do movimento associativo. Até agora deu-se muita mais importância ao mundo cooperativo, mas este movimento surge depois. Antes do movimento cooperativo há um movimento associativo que herda os ideais da Revolução Francesa – fraternidade, igualdade e liberdade – e que vai ter um combate político importante. No caso da França, até 1848, e, da Inglaterra até 1850 e, nos casos da Itália e de Portugal, estende-se até aos anos 60. Isto porque nos casos da Espanha, Portugal e Itália vai haver uma permanência dos grêmios e das antigas organizações medievais que vão limitar estas novas formas de movimento associativo e que vão ter uma maior duração nestes países.

A quarta característica será que, contrariamente ao que se julgava, estas iniciativas coletivas vão ser muito polivalentes. Isto é, criava-se uma pequena associação mutualista que, simultaneamente, tinha um papel de resistência, fazia reivindicações pré-sindicais e criava uma pequena iniciativa ligada ao consumo ou a uma cooperativa ou a uma pequena partilha de produtos. Isto é muito importante para a nova forma de ver a económica social e solidária.

E esta polivalência das formas associativas chega, em muitos casos, até à primeira Guerra Mundial.

Após a Primeira Guerra Mundial, com o Taylorismo, dá-se um forte golpe contra as cooperativas de produção porque há um investimento forte e estas cooperativas capitalizam-se sobretudo a partir do trabalho. O Fordismo é outro golpe forte porque estabelece o consumo de massas e, face a isto, as cooperativas de consumo vão ter bastantes dificuldades. E também o modelo da União Soviética vai representar um limite para o desenvolvimento desta economia social porque imprime um carácter de procura do poder do Estado.

E eu diria que a partir da Segunda Guerra Mundial esta economia social vai ter um grande desenvolvimento, sobretudo em França, mas também noutros países, levando este desenvolvimento a uma institucionalização cada vez mais forte.

Eu sempre digo que a economia social e solidária é como um pequeno rio que nasce na montanha rodeado de duas grandes montanhas, o Mercado e o Estado, e que este rio quando chega à planície vai ser pressionado por estas duas montanhas que vão marcar os limites de desenvolvimento desta economia.

Mas a crise do petróleo dos anos sessenta vai fazer com que este Estado de bem-estar, por um lado, e este desenvolvimento do Mercado, por outro, sejam postos em causa.

Reaparece a pobreza e a exclusão, começam a surgir críticas a uma sociedade de consumo que não pode ser ilimitada, ao crescimento económico, surge o anti-colonialismo e começa a aparecer o movimento feminista e as críticas à indústria nuclear. E aqui temos um debate entre os que dizem que a nova economia social e a economia solidária surgem da crise do petróleo dos anos setenta e os que dizem que já em 68 ou em 73 o ciclo de lutas sociais e movimentos sociais daquela época já tinha elementos que constituíam esta nova conceção de economia social e solidária.

De qualquer forma, nos anos oitenta a economia social vai ter de se redefinir e portanto França, Bélgica, Itália e Alemanha vão tentar ver quais são as suas características e colocar o acento na característica de economia social que não teria fins lucrativos, que contribuiria para a participação dos seus membros, tentando melhorar a sua situação e da sociedade e sem carácter público.

Mas esta definição não satisfaz aqueles que estavam a criar novas iniciativas e, por isso, queria falar de economia alternativa, de novo cooperativismo, de uma nova economia.

A grande surpresa vai ser que, nos Açores, em França e no Brasil, nos anos oitenta, sem se conhecerem entre eles, vai aparecer o conceito de economia solidária. Nos Açores este aspeto está ligado à luta contra a pobreza e ao segundo e terceiro programa europeu de luta contra a pobreza e também à ideia de não aceitar os mecanismos de assistência pública da época, tentando-se criar processos de inserção para as mulheres e para os desocupados de longa duração.

No caso da França, eu diria que é muito mais intelectual e que se fundamenta em dois grandes autores, Polanyi e Mauss, que vão explicar que não é verdade que a economia de Mercado seja a forma dominante na história da economia e que, portanto, é necessário estabelecer um conceito de economia plural ou de economia familiar, doméstica e que o princípio de reciprocidade é fundamental.

No caso do Brasil, julgo que está ligado à luta política e também ao movimento associativo e que adota assim a dimensão política que irá ter a economia solidária no caso da América Latina.

Se tivesse de definir alguns conteúdos desta economia solidária eu diria que é uma filha revoltada da economia social. A filha que critica o seu pai e a sua mãe e que pretende afirmar outros valores. E quais seriam esses valores? A democracia económica, a transformação social, a dimensão política, a economia feminista, a ecologia, o consumo responsável e as formas informais de organização coletiva.

É um conceito em processo e cumulativo que vai incorporando, à medida que vai passando o tempo, novas formas de ver o mundo, de ver a economia e de ver a sociedade. Como por exemplo, o conceito de “buen-vivir” que foi conceptualizado pelos povos indígenas da América Latina.

E gostaria de finalizar com um quadro que fiz, onde podem ver a coluna da economia social, a coluna do terceiro setor e a coluna da economia solidária. Do lado esquerdo temos diferentes itens e podemos constatar que alguns aspetos são comuns nas três colunas e que outros são muito diferentes.

No caso das origens, o caso da economia solidária e do terceiro setor surgem nos anos oitenta do século passado. Eu diria que a economia social surge como reação às consequências negativas do capitalismo.

Nos EUA, o terceiro setor define-se como o setor que chega onde nem o Estado nem o mercado cobrem as necessidades.

Este é um exercício que demonstra um pouco as diferenças e semelhanças entre estes três conceitos.

Convido-os a continuarem a fazer este exercício e a acrescentarem mais itens na coluna vertical e assim vão ver as diferenças e semelhanças.

Muito obrigado pela vossa atenção.

	<b>ECONOMIA SOCIAL</b>	<b>TERCEIRO SECTOR</b>	<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>
<b>ORIGENS</b>	Século XIX	Década de 80 do século passado	Década de 80 do século passado
<b>CAUSAS</b>	Consequências negativas do capitalismo industrial	Estado e mercado não chegam	Críticas ao sistema e revoltas sociais
<b>LÓGICA ECONÓMICA</b>	Não lucrativo	Não lucrativo	Democracia económica
<b>PRINCÍPIO SOCIAL</b>	Compensação	Complementaridade, Subsidiariedade	Reciprocidade, Solidariedade
<b>OBJECTIVO</b>	Melhorar a situação dos seus membros e da comunidade	Dar respostas às situações de vulnerabilidade	Empoderamento e transformação social
<b>FORMAS ORGANIZATIVAS MAIS FREQUENTES</b>	Cooperativas, Associações, Mutualidades	Associações, Fundações	Cooperativas, associações e outros grupos informais
<b>ORGANIZAÇÃO INTERNA</b>	Participativa	Associativa, Empresarial	Autogestionária
<b>ACTORES PRINCIPAIS</b>	Instituições	Organizações e profissionais	Grupos de cidadãos
<b>BENEFICIÁRIOS</b>	Membros individuais e sociedade	Membros e grupos não pagos	Membros colectivos e sociedade

## **A Economia Solidária em Portugal hoje, por Rogério Roque Amaro**

Esta reflexão que me propuseram toca-me profundamente porque tem a ver com um processo que eu vivi e que vivo intensamente. Aliás, muitas das coisas que eu vou partilhar convosco são um misto de reflexões mas também de emoções, de vivências.

E é o caso quando estamos a falar de economia solidária, em Portugal, hoje. Em primeiro lugar, porque acompanhei o processo desde o início e, em segundo, porque estou envolvido na tentativa dela ser reconhecida e validada atualmente, o que não é evidente em Portugal!

Para isso, dividi as minhas reflexões em uma introdução e mais quatro pontos.

Uma breve introdução para não dizer aquilo que eu penso que o meu querido amigo Jordi Estivill já terá dito na intervenção dele, que tem a ver com a formação histórica da economia solidária e as suas diferenças relativamente à economia social. Não vou referir estes aspetos mas é algo que está presente permanentemente na minha reflexão, sobretudo com três ideias, que eu não vou explicar, mas vou apenas enunciar.

A primeira ideia é que o conceito de economia solidária é um conceito que surgiu nos últimos trinta anos, a partir dos anos oitenta, portanto, é um conceito recente.

A segunda é que é um conceito que tem várias formulações dependente de vários contextos culturais e geográficos, já que não é muito habitual nas Ciências Sociais haver um conceito com tanto policentrismo cultural de origem. Normalmente há um modelo, há uma lógica que se impõe às outras, e normalmente essa lógica é norte-americana ou europeia. E este conceito é policêntrico e com várias origens culturais e onde todas elas se mantêm na sua diversidade.

Podemos dizer que neste momento há três conceitos relativamente consolidados a nível internacional.

O conceito talvez mais antigo, o ibero-americano, afirmou-se nos países da América Latina e, em particular, no Brasil, mas está presente em outros países e é um conceito mais popular e com uma base mais emotiva.

Uma outra versão é a do conceito francófono, mais intelectual, e tem muito a ver com a França mas também com o Quebec, Bélgica, Luxemburgo e também com a Catalunha.

E a versão da Macaronésia, que é a que vou falar, e que nasceu em Portugal. Esta não tem a mesma amplitude das outras duas mas conta já com um reconhecimento institucional e internacional importante e isso vale a pena referir.

Mas, além destas três versões, que já estão mais consolidadas e que se mantêm na sua diversidade, apesar dos pontos comuns, há depois pistas novas que emergem atualmente nos Estados Unidos muito na linha das correntes neo-anarquistas norte-americanas e isso é muito interessante porque traz pistas de reflexão.

E há uma pista africana que, a meu ver, é das mais fecundas dada a riqueza que é a reciprocidade cultural de origem comunitária e popular em África, e que tem várias expressões históricas e está pouco trabalhada academicamente mas que é de uma riqueza enorme. Costumo dizer que se tivesse uma segunda vida dedicava-me a estudar esta economia solidária de África, ou das Áfricas, porque é, a meu ver, das mais profundas e mais interessantes, mas não está ainda suficientemente trabalhada porque não há sistematização suficiente para isso.

E depois há pistas soltas em várias zonas da Ásia que não constituem ainda uma reflexão própria e que nos chegam da Malásia, da Índia.... e que são pistas interessantes.

Portanto essa é uma das características interessantes deste conceito, ou seja, não é um conceito que tenha nascido exclusivamente nos EUA ou na Europa. Os EUA chegaram tarde ao conceito, não são dos primeiros. E é um conceito que alberga um policentrismo e uma multiculturalidade que é diferente de tudo aquilo ao que estamos habituados nas Ciências Sociais. Esta era a segunda pista que queria deixar aqui.

A terceira pista também não vou aprofundar, porque creio que ficou claro com a intervenção do professor Jordi, refere-se às diferenças claras e nítidas entre economia social e economia solidária, ambas provenientes da mesma fonte e da mesma origem mas em que a filha, a economia solidária, é bastante diferente da mãe, da economia social.

O meu primeiro ponto refere-se à história da economia solidária em Portugal que começa nos anos oitenta nos Açores, e devo dizer que tive o privilégio de acompanhar este processo a par e passo.

No final dos anos oitenta nos Açores, um pouco na sequência do 25 de Abril e das aberturas que o mesmo trouxe, surge uma consciência social maior do que havia antes relativamente à perceção dos problemas, isto é, diferentes das que eram habituais, do, ida dedicavhá uma maior perceção dos problemas. E há sobretudo três problemas que são evidentes e para os quais não há respostas. Obviamente que, por parte do mercado, não há respostas, já que em grande parte a situação é provocada por ele. E também não há respostas por parte de um Estado-Providência que é tardio e que nos Açores, ainda por cima, é travado por uma lógica muito conservadora que tinha a ver com a presença, na altura, de um governo marcado pela presença da Opus Dei e de um governante que depois perdeu as eleições...



São três problemas reais muito graves. Por um lado, um problema social de uma pobreza e de uma miséria extrema e de uma exclusão social extremamente marcada, que é simbolizada por duas situações - Rabo de Peixe e Lagoa. Comunidades piscatórias onde a pobreza era extrema e as desigualdades muito marcadas entre os riquíssimos armadores e os pescadores muito pobres, sendo que algumas destas pessoas tinham vindo para a cidade, nomeadamente para o Bairro das Laranjeiras, que foi considerado um dos bairros mais pobres de Portugal do ponto de vista da exclusão social e da pobreza.

Segundo grave problema: a exclusão social das pessoas portadoras de deficiência que, ao contrário de Portugal Continental, não tinham respostas adequadas nos Açores, nem sequer da sociedade civil e muito menos do Estado.

E terceiro grande problema, completamente novo nos Açores, para o qual não havia respostas nem políticas sociais e que apanhou totalmente desprevenida a comunidade açoriana, tem a ver com a pobreza e a exclusão social dos repatriados dos EUA e do Canadá. Ou seja, emigrantes que tendo cometido crimes graves, como homicídios, violações e tráfico de drogas, eram extraditados sem qualquer aviso prévio para os Açores, supostamente para a sua terra de origem quando alguns deles nem sequer tinham nascido nos Açores ou tinham saído muito pequenos.

Estes são os três problemas sociais que marcam uma consciência social de uma parte da sociedade civil dos Açores nessa altura em que estava ligada à Igreja Católica e à consciência que lhe vinha da doutrina social da Igreja.

E face a estes três gravíssimos problemas sociais há uma movimentação coletiva no sentido de encontrar respostas, inicialmente sob a forma de formação, aproveitando os dinheiros da UE, mas depois tentando converter as competências adquiridas em empregos.

E aí dá-se uma situação que me marcou profundamente, uma vez que acompanhei este processo, e que é que quando nós mudamos as pessoas e as capacitamos mas não mudamos a sociedade. O que acontece é que estamos, aparentemente, a aplicar o provérbio chinês “não dês o peixe mas ensina a pescar” mas esquecemos que o rio onde vão pescar não tem peixes porque a sociedade o nega. Ou seja, usámos a inserção mas não usámos a inclusão na sociedade. E foi chegando a este ponto que se percebe que a economia pública e privada de mercado que não encontra respostas para acolher as capacidades novas destas pessoas - as mulheres e os pescadores de Rabo de Peixe, os portadores de deficiência e os repatriados dos EUA e do Canadá -, que se dá a constatação mais ou menos do fracasso. Porque criámos ilusões às pessoas e depois não houve correspondência, porque ensinámos a pescar para depois pescarem o quê? Pedras e botas no rio?

E é aqui que se dá o salto, ou seja, se a economia não responde é preciso criar uma economia que responda e as mesmas pessoas que estiveram na origem da ação coletiva da formação tomam a decisão de criar uma economia que não obedece às lógicas do mercado nem é dependente do Estado para constituir uma resposta.

Estamos a falar neste momento da passagem dos anos oitenta para os anos noventa e há uma decisão que é a de criar as unidades de uma nova economia que responda a isto.

Na altura colocou-se a questão de chamar-lhe economia social porque era um termo que já existia, mas percebemos perfeitamente que tínhamos de criar uma coisa nova, com novos critérios, que não tivesse as características já ultrapassadas da economia social tradicional que tinham perdido o vínculo democrático, a sua natureza económica e se tinham transformado em projetos sociais assistencialistas e não emancipatórios.

E foi assim que, entre 1994 e 1996, surgem as duas primeiras unidades explicitamente de economia solidária em Portugal, nos Açores, e que são a Kairós - que quer dizer tempo certo, tempo oportuno, em grego -, o nome completo é Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária. E portanto há aqui duas expressões importantes: “incubação” no sentido de ser a maternidade de iniciativas deste género - palavra esta que depois teve muita aplicação no Brasil mas que nunca teve equivalência em Portugal - e “economia solidária” pois é a primeira vez que este nome é usado em Portugal do ponto de vista jurídico e formal. Esta cooperativa ainda existe hoje, foi a primeira, daí ter este papel histórico. Esta integrou sete atividades para enquadrar as diferentes competências adquiridas pelas pessoas, sendo que algumas atividades foram direcionadas para um projeto económico rigoroso e rentável mas não lucrativo para compensar as atividades económicas que não tinham essas características e que eram essencialmente sociais.

Ao mesmo tempo nasce uma segunda iniciativa chamada Associação Aurora Social, centrada nas pessoas portadoras de deficiência e que acompanha a par e passo o processo da Kairós para se transformar na segunda entidade de economia solidária portuguesa.

O que se passa a seguir é muito interessante porque estas respostas inovadoras, diferentes das que eram habituais, geram um movimento em cadeia de imitação, de boas práticas. E é assim que nos anos seguintes, na segunda metade dos anos noventa, surgem mais vinte iniciativas de economia solidária nos Açores, algumas a partir de entidades convencionais mas que mudam de paradigma, nomeadamente algumas Santas Casas da Misericórdia mas também organizações que são criadas de novo com esta perspetiva como, por exemplo, a Alternativa, uma associação que junta, e desculpem a dura expressão, “lixo social” com “lixo ambiental” para criar uma economia solidária, portanto, vai concentrar-se na recolha do lixo a partir de pessoas que são “lixo social”, nomeadamente pessoas com dependências de drogas, e surgem por outro lado organizações ligadas à saúde mental que enveredam também por uma economia solidária.

O que é interessante porque significa que este movimento inicial vai gerar um movimento em cadeia de imitação e “captar” outros problemas sociais através dos quais a economia, que tinha sido provocadora de muitos destes problemas, se torna a reabilitadora deste processo através de uma outra lógica comum. E é assim que, passo a



passo, surge em 2000 a primeira cooperativa de segundo nível, ou seja, a primeira federação, e que é a organização de economia solidária Cresaçor, Cooperativa Regional de Economia Solidária dos Açores que reúne atualmente 24 iniciativas de economia solidária.

Segundo ponto é como é que isto é sistematizado e passa para um conceito. E esta é outra história interessantíssima, porque o que se vai passar a seguir é que esta experiência dos Açores vai ser partilhada graças ao quadro do programa europeu Interreg - que juntava as regiões ultraperiféricas das ilhas e que estava constituído pelos Açores, Canárias e Madeira - que tinha vários projetos na área social. A certa altura, no âmbito dessas reuniões, começa-se a falar destas iniciativas porque elas também eram uma resposta económica aos problemas sociais que a economia convencional tinha criado. E a propósito dos problemas sociais em que havia já projetos europeus conjuntos começa a falar-se de economia solidária e isto faz com que os outros projetos insulares se venham a interessar por terem projetos de economia solidária.

Surge assim o primeiro projeto chamado Cores, que significa cooperação regional de economia solidária. Neste projeto dá-se um processo interessantíssimo e uma situação curiosa, porque a Universidade dos Açores desiste completamente disto, porque os seus professores e economistas eram todos formados nos EUA e não tinham formação neste âmbito e viram-se obrigados a ir buscar ao Continente quem lhes desse algum incentivo. Isto mostra como as nossas Universidades estão muitas vezes metidas em torres de marfim e normalmente totalmente desligadas da realidade querendo quando muito marcar a realidade com as suas ideias e não colocar as ideias da comunidade na prática. Foi assim que comecei a colaborar com este projeto.

E posso dizer-vos uma coisa interessantíssima: havia algum dinheiro para isso, e tínhamos reuniões em vários lados, nos Açores, na Madeira, nas Canárias, reuniões de trabalho, reuniões de discussão, etc.. É interessante acrescentar aqui uma coisa porque foi decisiva que é o facto de que era possível acrescentar aos projetos europeus países terceiros com os quais houvesse algumas características comuns. E foi assim que acrescentámos Cabo Verde. Isso foi muito importante porque Cabo Verde já tinha um manancial, um potencial popular e comunitário de economia solidária e eu tinha a vantagem de conhecer Cabo Verde desde os anos oitenta porque trabalhei lá.

O que se passou nesses três anos foi que nessas várias reuniões, ou melhor, mais fora das reuniões do que nas reuniões -porque normalmente nós tínhamos um ambiente de partilha em que as reuniões acabavam às seis da tarde mas continuávamos até às duas da manhã a beber copos, a dançar, a ir passear para a praia - e é aí, nessas conversas, que se dá uma coisa interessantíssima que consiste no fermentar do conceito. Isto é muito interessante porque faz com que a discussão do conceito tenha nascido fruto de uma discussão informal em que os atores são mais importantes na definição do conceito do que os autores.

Obviamente que isto implicou que quem estivesse na academia estivesse também no terreno e nesses processos. E foi aí, e muito com a ajuda dos cabo-verdianos que tinham esta percepção, porque há um princípio cultural em Cabo Verde que é transversal à vida dos cabo-verdianos, que se exprime em crioulo por Djunta Mon, e que é exatamente o que nós chamamos o princípio económico da reciprocidade e que está lá inscrito na vivência comunitária desta gente, está lá inscrito na sua vida normal. E nada melhor do que este princípio para perceber o que é a economia solidária.

E foram estas discussões práticas que nos levaram a perceber algumas coisas. A primeira delas era que esta economia que tinha nascido nos Açores acrescentava à questão da exclusão social mais quatro outras exclusões: a exclusão cultural, ou seja, havia traços culturais que, por causa da globalização, se estavam a perder as tradições a todos os níveis, no canto, na gastronomia, na maneira de vestir, nas festas, em tudo o que a cultura se exprime na vida mais comum das pessoas em geral.

A segunda, e isto é muito evidente nos Açores, a noção de que havia uma exclusão ambiental a ocorrer por causa da monocultura da vaca. Portanto pastagens e vacas por todo o lado, o que significa perda dos ecossistemas e da diversidade ecológica.

Terceira, a ideia de que os Açores era uma região desfavorecida mas que dentro dos Açores havia lugares favorecidos, portanto a noção de uma exclusão territorial das ilhas mais pobres em relação às ilhas menos pobres e das zonas mais pobres das ilhas em relação às cidades. Por exemplo, do nordeste em relação a Ponta Delgada ou, por exemplo, do Corvo, das Flores, da Graciosa, em relação à Terceira e isto marcava as desigualdades territoriais, portanto contra a exclusão territorial. Esta era uma outra luta que surgia nessas conversas.

A quarta é a exclusão cognitiva, ou seja a ideia de estávamos a perder o saber e os conhecimentos populares dos atores e que era importante a valorização desses conhecimentos e a sua utilização na construção do conceito. Portanto, uma outra exclusão que ficou visível é a exclusão da participação, sobretudo em São Miguel, que é uma ilha muito elitista, muito centralizadora e muito medieval. Portanto a ideia de que era importante dar voz às pessoas.

E são exatamente estes processos que levam à construção do conceito, que tinha conta estas várias definições, e foi assim que nasceu o conceito de economia solidária na Macaronésia assente em nove dimensões:

- como projeto económico;
- como projeto social que visa responder a problemas sociais graves, tais como a desigualdade de género e outras formas de exclusão;

- como projeto cultural que vai recuperar valores e culturas, nomeadamente as gastronómicas, para fazer disso um produto económico de primeira linha;
- como projeto ambiental, no sentido de uma parte da economia solidária assentar na recuperação dos tais produtos que estavam em vias de desaparecimento nos ecossistemas, tais como as amoras, etc.;
- como projeto de conhecimento, a partir do momento em que a economia solidária é um ponto de encontro entre investigadores e atores;
- como projeto territorial, na medida em que promove o desenvolvimento local de todos os sítios dos Açores, depois de Cabo Verde e a seguir das Canárias;
- como projeto democrático e político no sentido da democracia interna, da participação da comunidade e de uma parceria com os outros atores;
- como projeto de gestão que segue uma gestão própria;
- e, por fim, como projeto ético, no sentido da economia solidária ser também uma forma de sublinhar valores que se estavam a perder como o valor da solidariedade, da transparência, da equidade, entre outros.

E assim se chega ao conceito da Macaronésia. E passo ao último ponto da minha comunicação que leva a uma lógica interessante de institucionalização nos Açores e em Cabo Verde. E que leva a uma resistência muito violenta por parte do governo regional da Madeira, que chega a censurar o que nós escrevemos e a retirar e a substituir de forma totalmente violadora dos direitos de autor criando um texto novo em que há palavras que são substituídas.

Existe um projeto de avaliação científica que tem vários passos e sublinharia aqui a criação de um mestrado no ISCTE que começa em parte à distância, em 2005, e que é o primeiro mestrado em economia solidária que nasce em Portugal e o segundo na Europa; a criação de uma cadeira de economia social e solidária no Instituto Superior de Economia; a criação de uma revista, em 2009, de economia solidária; e, depois, a participação em encontros internacionais e a pertença a uma rede mundial de economia social e solidária.

Um reconhecimento por parte dos Açores que é importante, nomeadamente do que é a economia solidária, que passa a ser parceira da política social nos Açores e da gestão do micro crédito, e em Cabo Verde. O mesmo não se passando em Portugal Continental em que a economia solidária tem sido completamente estigmatizada, repudiada e isto por várias razões. Dou apenas um exemplo histórico: em 2009, a Cases - Cooperativa António Sérgio para a economia social foi constituída e eu estava no processo em nome da Animar. Procurei por todos os meios que a expressão economia solidária figurasse, no mínimo, nos estatutos e todos votaram contra e o que é interessante neste processo é ver por que votaram contra. Isto deveu-se a várias razões. Por ignorância de alguns; em segundo lugar, por oposição defensiva, nomeadamente das famílias da economia social mais ligadas à maçonaria; por oposição ideológica, nomeadamente das famílias de economia social mais empresariais e que hoje estão encantadas com o canto da sereia e os negócios sociais; ou por tentativa de apropriação por parte de alguma economia social da igreja católica que entende que a economia solidária é a economia da caridade. É neste passo que nós estamos e que criámos a Rede Portuguesa de Economia Solidária, em 2015. Estamos a ter uma vida difícil porque não encontramos muitos apoios neste contexto a não ser internacionais. Mas é um processo interessante, é um processo de luta, é um processo de resistência contra os sistemas instalados.

Termino dizendo que neste momento a Rede Portuguesa de Economia Solidária tem cerca de quarenta organizações coletivas associadas e cerca de trinta associados individuais e abrange cinco grandes lógicas: os novos movimentos da economia rural e da economia dos bens comuns, dos baldios; a nova Ecologia, com movimentos de ecologia ligados também à transformação rural; os movimentos católicos autónomos; os movimentos de transição urbanos e as correntes neo-anarquistas. São estes os cinco grupos que nós temos como tendência dentro da rede da economia solidária.

E para terminar dizer que, segundo esta lógica, nós, neste momento, temos sete famílias dentro da economia social e solidária em Portugal.

Temos a economia social que acha que não é economia social, nomeadamente as coletividades recreativas e desportivas que, curiosamente, não se reconhecem como economia social. Depois temos a economia social mais tradicional que está associada à rede internacional e que são as cooperativas mais antigas, as mutualidades mais antigas que conservam os seus valores originais e por isso desconfiam das coisas novas.

Depois temos a economia assistencialista autónoma, não dependente do Estado, e que tem a ver com movimentos de assistência e outros movimentos de voluntariado.

Um quarto grupo que é a economia social assistencialista dependente do Estado, nomeadamente as IPSS e algumas Misericórdias que são IPSS também.

E depois uma economia social convertida que adota modelos empresariais importados das empresas e que corresponde em certa forma à expressão “empresas sociais”, “negócios sociais”.

Depois temos a economia solidária.

E a sétima refere-se ao grande manancial das lógicas informais e populares de reciprocidade que são efetivamente de economia solidária mas que são informais. Muitas nem foram identificadas, não estão organizadas e estão dispersas pelo país, mas são as principais aliadas da Economia Solidária.

Volto a dizer uma coisa importante no caso da Macaronésia - e que é que aquilo que distingue o conceito de economia solidária na Macaronésia - é que propõe um conceito de solidariedade ecocêntrica, não apenas antropocêntrica. Esta é grande distinção em relação às outras definições de economia solidária francófonas e latino-americanas, ou seja, trata-se de uma solidariedade entre todos os seres vivos, entre todas as formas de vida e não apenas entre seres humanos, e este é o ponto distintivo e a grande diferença.

## **Um Comércio Justo transformador enquadrado na Economia Solidária, por Stéphane Laurent, CIDAC**

Foi nos apresentada aqui uma visão panorâmica do que é a economia solidária, da sua génese e dos elementos diferenciadores da economia social e poderia ser interessante, voltando à questão do comércio justo, ver os paralelos que podemos estabelecer entre estas realidades.

O Jordi evocou, de certa forma, um processo de erosão política que caracterizou a economia social ao longo dos anos setenta e da economia solidária que surge fruto da necessidade de repolitização do movimento social com uma perspetiva transformadora.

No CIDAC temos tendência a usar dois termos que caracterizam estas realidades. Caracterizamos a economia social, ou algumas formas do comércio justo, como paliativos uma vez que, efetivamente, assumem a economia de mercado como um modelo dominante e inquestionável. Assume-se que tem impactos importantes em termos de exclusão social e económica e impactos ambientais e tenta amenizar os impactos desta economia de mercado.

Por outro lado, temos a perspetiva transformadora que, efetivamente, questiona o modelo dominante e quer propor um modelo alternativo.

E isto é, de certa forma, o panorama que caracteriza o comércio justo também hoje em dia. Se olharmos para o comércio justo, que nasce nos anos 60-70, vemos que tem uma carga política muito forte, enraizada nos movimentos anticoloniais, em visões internacionalistas e que quer efetivamente quebrar as assimetrias e as injustiças do comércio internacional.

Uma das estratégias assumidas pelos atores do comércio justo nesta época foi o reforço das organizações de produtores. Muitas vezes pensamos no comércio justo apenas com tendo implicação no preço. E é verdade que essa é uma das estratégias. Mas essa é apenas uma das suas dimensões porque o fundamento da estratégia consiste em reforçar as cooperativas de produtores para que estes tenham um maior poder de influência nas cadeias comerciais. Isto é, não temos uma perspetiva caritativa ou paternalista mas pretendemos, sim, apoiar e reforçar atores económicos, sociais e políticos nos seus setores de intervenção.

Uma outra dimensão que caracterizava o comércio justo nos anos setenta era a dimensão da informação e da sensibilização das opiniões públicas. I.e., a vontade de provocar atos de compra não era trabalhada pelo lado emotivo, impulsivo, mas efetivamente era a de gerar uma adesão a uma leitura da realidade desta época, entender o porquê das injustiças no comércio internacional e, portanto, o porquê ser necessário uma alternativa. Isto fez com que os atores do Comércio Justo, na sua fase inicial, assumissem um duplo papel de intervirem no campo comercial e no campo educativo, da sensibilização e da intervenção política. Estas duas dimensões estão totalmente embutidas uma na outra, não numa perspetiva esquizofrénica mas dependendo uma da outra. Este modelo baseava-se, tanto no Norte como no Sul geopolítico, em modelos que respondem às figuras estatutárias da economia social, tais como cooperativas, associações, etc.. As lojas de comércio justo, as chamadas “Lojas do mundo”, ao nível europeu, eram associações ou cooperativas. A sua figura era a figura de um ator económico sem fins lucrativos, sem remuneração de capitale por isso se chama ISP (te hoje em iva circuitio ornado em lojas de com. E esta realidade gerou bastante adesão pública a nível europeu, mas também nos EUA e em outras realidades.

O Comércio Justo tornou-se nos anos oitenta uma realidade económica que podia ser vista como apetecível. Já se começava a falar em receitas milionárias e vemos aparecer, nos anos noventa, uma nova realidade do comércio justo que é o início da colaboração com a grande distribuição alimentar. Certos atores do comércio justo, no pressuposto de que podiam melhorar a vida dos produtores - e aqui sim vemos uma visão mais paternalista - defendem que é preciso volume. E quem tem a capacidade de vender volume e quantidades não são pequenas lojas associativas, mas sim a indústria alimentar e uma parte dos atores do comércio justo inicia uma colaboração com estas grandes cadeias. Aqui desaparece uma dimensão, uma parte muito importante, que é a educativa e de sensibilização, pois sabemos muito bem que os supermercados não têm vocação para sensibilizar os seus clientes relativamente às assimetrias geradas pela economia de mercado da qual são o expoente máximo. De seguida vimos aparecer também as certificações, os logótipos. Na nossa visão, correspondem à introdução do “pronto a pensar”, pois já não interessa saber quem produziu e em que condições, mas chega ver o logo para saber que é justo. Assistimos à afirmação cada vez mais forte dos supermercados e, hoje em dia, ao nível europeu os principais distribuidores do comércio justo já não são atores da economia solidária ou atores com estatuto da economia social mas sim a grande distribuição.

A dependência das grandes importadoras do comércio justo em relação à grande distribuição é muito forte. No início dos anos 2000 também vemos surgir uma nova categoria de atores no comércio justo que são as grandes multinacionais como, por exemplo, a Starbucks, Unilever ou a Nestlé, que integram no leque muito amplo da sua oferta alguns produtos de Comércio Justo. E vemos que as lojas que constituíram o comércio justo estão cada dia mais ameaçadas. Esta é a realidade que vivemos atualmente.

Mas, no início dos anos 2000, houve um sobressalto: um conjunto de atores do comércio justo concluíram que isto não podia continuar assim. É cada vez mais difícil reivindicar-se do comércio justo como ele é porque em grande parte foi cooptado pela economia de mercado e deu-se assim um processo de redefinição do posicionamento destes atores no quadro do comércio justo. Primeiro negando qualquer tipo de colaboração com as grandes superfícies de distribuição alimentar, considerando isto uma contradição impossível de se ultrapassar para podermos continuar a falar de comércio justo de cabeça erguida, sem sermos apanhados num processo de incoerência. Alguns exemplos chegam a ser tão absurdos como colocar nas prateleiras quinze referências de café comercializadas em termos injustos e duas referências comercializadas como justas.

Como justificar que temos alguns produtos do Sul geopolítico certificados pelo comércio justo mas subpagamos os produtores locais, os agricultores, os pescadores? E como justificar os entraves ao sindicalismo, ao direito à reivindicação, à greve? Como podemos exigir apenas junto dos pequenos produtores, para obter a certificação, governações democráticas e respeito pelas principais normativas da OIT? Qual o impacto ambiental do funcionamento de um supermercado quando exigimos aos produtores que as suas produções sejam respeitadoras da natureza? São muitas contradições. Então estes mesmos atores assumiram que não há colaborações possíveis a bem da coerência.

Também estes atores negaram ou questionaram fortemente os processos de certificação por terem verificado ao longo do tempo um processo de erosão dos critérios da certificação, dos padrões do comércio justo. O ator principal da certificação ao nível mundial é a Fairtrade Labelling Organisation que tem, por um lado, uma parte que é uma fundação e, por outro, uma estrutura empresarial que se chama Flo-Cert. Esta certificação por parte terceira constitui uma definição do comércio justo baseada em critérios fixos sem grande sensibilidade para as questões de processos, por exemplo, e que, pouco a pouco, veio adaptar-se cada vez mais às necessidades dos atores económicos dominantes do que às necessidades dos produtores. Como já referi, uma das estratégias fundamentais do comércio justo era o reforço dos produtores organizados, as associações cooperativas de segundo grau. A certificação passou a aplicar-se a grandes plantações, a quintas, a um trabalho assalariado, - às bananas, por exemplo, e ao chá - onde há um proprietário numa estrutura de produção que assalaria trabalhadores agrícolas, então, estamos muito longe da génese do comércio justo! Os critérios são muito diferentes nestes casos e, mais recentemente, houve uma grande evolução com a certificação, e que foi bastante violenta, devido a um dispositivo que se chama FSP – Fair Trade Sourcing Program - Esta certificação FSP é um dispositivo que permite, hoje em dia, certificar um chocolate como sendo de comércio justo mas no qual só o cacau é do comércio justo. Assim a multinacional compra o cacau cem por cento certificado mas, no entanto, o açúcar, a baunilha, a soja, o óleo de palma vêm das cadeias convencionais baseadas em, possivelmente, trabalho infantil, em remunerações indignas. Contudo, este produto é certificado. A Certificação FLO esta também a dar os primeiros passos para a produção contratualizada, que permite certificar e integrar no comércio justo produtores individuais atomizados, não organizados, através de um processo que não favorece o seu reforço coletivo.

Sabemos todos que vivemos, hoje, numa proliferação de certificações e de logotipos nos produtos e que é muito difícil um consumidor distinguir num produto comprado no supermercado a que tipo de garantia se está a confrontar. Então estes atores tiveram este sobressalto no início dos anos 2000, recusaram a colaboração com os supermercados bem como com a certificação por parte terceira tentando trabalhar com certificações ditas participativas em que o poder é partilhado, os referenciais são elaborados em conjunto e não têm recurso a um regime de sanções.

Estes atores também baseiam as suas intervenções em organizações sem fins lucrativos ou organizações que respondem aos critérios da economia solidária. Ou seja, aplicam os critérios que são exigidos em certificações a pequenos produtores também a eles, no norte geopolítico, e é “engraçado” pensar que no comércio justo certificado fazem-se imensas exigências junto dos elos mais vulneráveis das cadeias comerciais, ou seja, os produtores, que devem respeitar o meio ambiente, ter remuneração igual homens-mulheres, ter o direito à greve, ter direito sindical, à democracia interna, mas os supermercados que distribuem estes produtos não são atores vulneráveis da nossa economia e não se lhes exige absolutamente nada. Acho uma grande contradição de facto.

Estes atores, neste processo de redefinição, por um lado pela negativa, dizendo o que não querem para o comércio justo e também numa perspetiva afirmativa dizendo o que querem, nas formas que deve assumir e nas práticas que deve desenvolver no seu seio também colocaram no centro da definição do comércio justo a questão da soberania alimentar. Isto é, o direito dos povos a decidirem os seus modos de produção e distribuição de alimentos. E surge uma grande questão nos anos 2000 em relação à perspetiva estritamente sul-norte no comércio justo e passaram-se a estabelecer laços com produtores locais nas regiões e países onde trabalham assumindo que o paradigma económico que exclui os ditos pequenos produtores do Sul geopolítico é o mesmo que exclui os produtores da produção familiar na Europa.

E é a partir desta visão que vemos nas nossas lojas surgirem produtos locais. Isto define de uma certa maneira que a exportação, o comércio internacional, não deve colocar-se no centro do desenvolvimento, mas ser sim um dos pontos fundamentais a realocação das produções e das economias. Isto, em grandes linhas, é a realidade que estamos a viver atualmente, isto é, um comércio justo muito polarizado. Existe, muitas vezes, a tendência a falar do comércio justo como um movimento unitário mas não é nada disso. Há muito debate e muitos antagonismos mas não uma realidade uniforme e ela merece ainda muito debate.

É um movimento que se confrontou, tal como a agricultura biológica e hoje em dia as tentativas de estabelecer circuitos curtos, com a fabulosa capacidade de cooptação das alternativas por parte da economia de mercado, guardando delas estritamente os aspetos bonitos e emotivos e esvaziando-a de todo o seu potencial transformador. Daqui surge a necessidade de uma luta para uma afirmação de uma outra economia, de uma economia solidária, de atores do comércio justo que se reivindicam da economia solidária, i.e., que não abdicaram de questionar o modelo dominante da economia capitalista e de mercado e que propõe encontrar outros caminhos. Podíamos resumir isto na perspetiva de resistir e de construir. Resistir a uma economia violenta e construir alternativas para demonstrar que há muita gente que passa muito além do estrito discurso mas que, na sua prática, constrói uma outra economia.



## Que critérios para um Comércio Justo local?, por Federica Carraro - Sodepaz

Antes de mais agradeço ao CIDAC pelo convite.

Sinto que hoje é uma grande ocasião para pararmos a ação e fazermos uma reflexão. Como sabem, muitas vezes em organizações como a nossa, como a Sodepaz, onde a sua alma constituinte é a ação, é cada vez mais difícil encontrarmos momentos para recuperarmos, recolhermos e refletirmos sobre tudo o que já foi feito.

Dou um exemplo relembrando a nossa decisão de não colocar produtos de comércio justo nas grandes superfícies, em 1998. E esta decisão continua a ser uma das fronteiras muito claras para diferenciarmos uma opção de comércio justo de outra que, claramente, continua vigente. Lembro-me de não ter sido uma decisão fácil, pelo menos para nós, porque há um argumento que defende que se houver mais vendas haverá mais benefícios para os camponeses. Esta é uma afirmação complexa de desmontar. E verificamos que realmente não se vende tanto quando usamos apenas os canais solidários, que correspondem aos lugares adequados para a venda do comércio justo.

Mas a questão é como diferenciar esse tipo de comércio justo paternalista de outro que seja transformador. Para isso gostaria de relembrar um pouco da história do comércio justo, pelo menos em Espanha.

A Sodepaz abre a sua primeira loja em Madrid no ano de 1991, e depois abriram outras, mas atualmente já só existe uma.

Vou dizer uma frase dura: penso que fracassámos como organização no comércio justo no que se refere à educação, à sensibilização e à capacitação dos nossos consumidores. E continuamos da mesma forma confrontados com uma ameaça muito potente que tem a ver com a apropriação permanente da linguagem. Por isso temos de procurar outra linguagem... Só que essa linguagem daqui a dez minutos já será igualmente dominada pelo capital, pelas grandes superfícies, pelas grandes cadeias alimentares e pelo mercado mundial de alimentos governado pelas multinacionais que também se vão apropriar dessa linguagem.

Na verdade julgo que a linguagem é uma das grandes deficiências que sempre tivemos relativamente ao consumidor e o porquê do consumidor ser o nosso grande fracasso.

Relativamente à temática “Que critérios hoje para um comércio justo local” já introduzimos um elemento novo que é o conceito do que é local relativamente ao que é internacional.

Tradicionalmente, e penso que pelo menos em Portugal e em Espanha estamos na mesma linha, o comércio justo tem a característica de ser fundamentalmente internacional. No que se refere a este ponto houve uma construção coletiva, potente, vasta, exaustiva relativamente aos critérios que deviam reger esse tipo de comércio justo internacional.

Os critérios do comércio justo internacional são muito exigentes e dirigem-se fundamentalmente à produção, a quem produz esses bens que são importados pelo “primeiro mundo” e que, por razões de solidariedade e justiça, vende e comercializa. Então é exigido aos produtores estarem organizados coletivamente, democraticamente, respeitando as diferenças de género, mantendo um salário digno, reinvestindo os ganhos da atividade produtiva na própria comunidade, não podendo haver uma apropriação dos lucros individualmente, deve ser coletiva, etc..

Julgo que se algo de bom fizemos no comércio justo foi que expusemos estes grandes princípios, valores e critérios que nos regem.

Mas quando começamos a aprofundar no que é o comércio justo local julgo que todos esses critérios não se controlam. E não se controlam porque o acento já não é na produção mas sim no consumo. O que nos interessa é o consumidor, porque na verdade o papel do consumidor no comércio justo é esse, ou seja, conseguir que a produção chegue ao consumidor através de um canal em que os intermediários especulativos sejam eliminados.

Mas se o comércio justo internacional foi muito exaustivo e exigente relativamente aos critérios sobre a produção, o que é que está a ser feito relativamente ao consumo? Intervimos na parte central da comercialização dizendo não às grandes superfícies. Não é qualquer um que pode vender comércio justo, uma vez que terá também de respeitar certos critérios importantes tais como a questão do direito sindical, dos salários dignos, dos horários decentes, etc.. Vamos reivindicar esta parte mas não sei com quanto êxito porque o processo de desaparecimento das lojas de comércio justo é inexorável e inevitável. Julgo que fecham em Espanha umas cinco ou seis lojas anualmente. Mas bom, falemos dos canais de comercialização. Nós defendemos que estes devem ser justos, respeitosos. Só porque o produto é muito bom, vem de produtores organizados, não significa que podem ser vendidos em qualquer lugar. O canal de distribuição deve ser justo também.

Agora vou falar da parte local onde também já não somos tão exigentes com os consumidores. Refiro-me às campanhas de informação que foram feitas tentando constituir grupos de consumo para que, desta forma, os consumidores unidos assumam certas responsabilidades no que se refere à produção e sejam mais conscientes relativamente ao que estão a comprar. De certa forma, o que dominou isto tudo tem a ver com a qualificação do produto que já não é internacional mas sim local. Isto é que o que está a fazer o CIDAC, ao expor e vender produtos feitos aqui. E agora, a única coisa que importa de verdade no que se refere ao produto local é que este seja biológico



porque o consumidor apenas quer saber isso. Não se importa se é produzido numa pequena quinta, no sul de Portugal ou na Catalunha. Não lhe interessa se são respeitadas as normas ambientais, se há salários dignos, se existe democracia interna para a tomada de decisões, se são projetos coletivos sólidos e se os ganhos repercutem na comunidade onde estamos, etc..

Eu, francamente, penso que não estamos sequer vigiando ou observando se todos esses critérios são cumpridos ou não, porque já muito fazemos nós ao aproximar um produto local a um consumidor sensível aos produtos biológicos.

Agora já temos uma oferta de produtos locais nas nossas lojas. Mas de onde vêm estes produtos? Quem os produz? Já se falou aqui de certificação coletiva ou participativa como a única solução que existe, e já se fizeram várias experiências tanto em Espanha como em outros países e esta é a única solução que há.

Mas é preciso ver quais são os critérios aos quais estamos a dar primazia. E se compararmos estes critérios com o comércio justo internacional apercebemo-nos que no terreno não é assim que funciona. E volto a insistir na mesma ideia porque, de certa forma, já muito fazemos em viabilizar estas experiências de produção local biológica. Para voltarmos a propô-la a um consumidor para que este se aproxime e volte a consumir e a dinamizar esta economia que está semi-abandonada. No caso espanhol o regresso ao campo é bastante importante. Os novos agricultores voltam a cultivar terras baldias e este é um fenómeno que está a acontecer com certa frequência. Surgem assim alguns projetos de produção como, por exemplo, a produção de amêndoas em Madrid. Madrid está no centro do país e à sua volta tem uma comunidade fértil que é fundamentalmente agrícola.

Contudo ainda não fizemos uma reflexão suficiente relativamente a quais devem ser os critérios de comércio justo local, porque apenas nos fixámos na parte do produto biológico e em satisfazer uma necessidade dos consumidores que é a de terem um produto saudável e, além disso, próximo. E este sim já é um valor muito enraizado, uma vez que os consumidores querem que seja um produto bem feito, certificado ou não, de forma participativa ou não, mas que também seja próximo porque sentem que de certa forma está a dar-se a recuperação de uma atividade económica agrícola próxima.

Mas, relativamente aos produtores, julgo que já é muito bom o facto de existirem, de sobreviverem, mas há um certo esquecimento da função do comércio justo em potenciar ou em ajudar de verdade a cooperar com estes produtores. Por exemplo, uma das grandes dificuldades que há em muitos projetos em Castela-a-Mancha é a ausência de financiamento inclusive por parte de bancos éticos. E nós, nas associações de comércio justo, o que é que estamos a fazer? Não fazemos nada. O que podemos garantir de certa forma é organizarmos o consumo, para que os consumidores se comprometam a comprar de forma semanal ou quinzenal essa produção. Então esses produtores têm uma parte do seu negócio coberta, garantida, mas, e o pré-financiamento? Por que não fazemos como acontece com os produtores nicaraguenses em que se adianta 50% antes de semearem e 50% antes da colheita?

Aqui não fazemos nada disso e por isso estamos totalmente desligados. Por isso estamos a apresentar um suposto comércio justo local onde há muito pouco envolvimento. Além disso, falhámos com os consumidores porque estes vão levantar o seu cabaz por uma razão fundamental - que é o facto de serem produtos biológicos e de se lembrarem dos sabores do passado-, mas a maioria nem quer saber de onde vem este produto. A única coisa que os preocupa é o produto ser bom, ter sabor. Isto é, não estamos a participar verdadeiramente na recuperação do campo ou no apoio às iniciativas.

## **Uma cooperativa diferente: laços de solidariedade entre Espanha e Nicarágua, por Juan Jose Anaya – EspaNica**

Agradeço em nome da EspaNica ao CIDAC por nos ter convidado para apresentar o nosso projeto. E digo isto com humildade, uma vez que julgo que a EspaNica merece estar presente neste tipo de atividades. Digo isto porque penso que o exemplo da EspaNica é muito interessante.

A EspaNica é uma cooperativa sem fins lucrativos, com vinte e um anos de atividade. É uma cooperativa hispano-nicaraguense, porque uma parte do projeto foi construído aqui no território da Península Ibérica, no Estado Espanhol, através da Fundação Ruben Dario (que já foi dissolvida), mas sobretudo por companheiros e organizações nicaraguenses. Acredito sinceramente, e assim o temos partilhado com os companheiros e companheiras da Nicarágua, que se neste país não tivesse existido uma clara visão de construir um projeto económico que ultrapassasse a estrutura capitalista, se não tivessem existido pessoas com essa visão e motivação suficientemente enraizadas, para serem motores da criação do projeto EspaNica, então a EspaNica não teria sido criada. Acredito nisso sinceramente.

A finalidade de EspaNica é pôr diretamente em contacto, sem nenhum tipo de intermediários, ou sem a parte mais agressiva e danosa da intermediação feita pelos mercados internacionais, os pequenos produtores com as redes de consumidores no Norte. A EspaNica aspira a ser uma entidade facilitadora de pequenos produtores e produtoras para que possam ter acesso de forma direta aos consumidores finais.

A estrutura para conseguir esse objetivo e a forma jurídica adotada pela EspaNica, foi a de uma cooperativa sem fins lucrativos, de trabalho associado, que foi formalmente legalizada no ano 2003. De 1997 até 2003 funcionou enquanto empresa ao serviço dos produtores, não como cooperativa. Hoje, esta cooperativa é composta por três trabalhadores sócios da cooperativa e entidades associadas tanto no Estado Espanhol como na Nicarágua, que detêm 50% de participação no capital social, tudo isso sem fins lucrativos.

Demonstrámos, nestes 21 anos que participámos no projeto, que é possível e que se pode conseguir outra forma de comercializar e de relacionar os produtores com os consumidores. É possível e estamos a conseguir.

Agora vou referir onde está a diferença, e espero que algum dia isto deixe de ser assim mas, de momento, e lamentavelmente, a EspaNica continua a marcar uma diferença fundamental relativamente ao resto de organizações importadoras e comercializadoras que trabalham no âmbito do comércio justo. Aqui reside a grande diferença.

A EspaNica é detida em 50% pelos produtores, pequenos produtores. Os produtores da Nicarágua não são meros fornecedores de matéria-prima, com quem há uma simpatia, uma aproximação, um carinho, uma solidariedade. Tudo isso existe, mas há sim participação direta na tomada de decisões, e eles detêm parte do capital social da EspaNica. É essa a grande diferença. E gostaríamos que existissem outras organizações desde género, por exemplo, na Colômbia, no Brasil, nos países africanos, etc., onde se viesse a desenvolver este modelo, onde os pequenos produtores tomam as decisões sobre como organizar a comercialização dos seus produtos no Norte.

Quero fazer a ligação disto com uma ideia que também foi aqui referida antes sobre a comercialização. Ouvimos uma intervenção que falava sobre a decisão da grande distribuição – de não compactuar com este modelo. A EspaNica também tomou esta decisão, desde o início, inclusive antes de ser cooperativa, quando ainda era uma sociedade limitada em 1997, de não comercializar na grande distribuição. Essa tem sido a linha estratégica. E quando nós somos censurados com o argumento “o que os produtores querem é vender muito e vender mais”, devo desde logo esclarecer que os produtores participaram nessa decisão. Os produtores da Nicarágua não querem que a EspaNica venda nas grandes superfícies. Esta não foi uma decisão tomada em Espanha porque nós somos fantásticos... Não... Essa decisão foi tomada pelos pequenos produtores. Bem, é verdade que há nuances, haverá algum colega que se calhar tem dúvidas porque está num segundo plano na cooperativa e não está tanto na vanguarda, mas essa é a realidade, por isso a nossa decisão é partilhada, consentida, e sentimo-nos muito orgulhosos dessa decisão.

E não posso deixar de referir que para termos conseguido chegar aos vinte e um anos existiram mudanças ao longo do tempo.

Agora já não somos uma entidade associada, mas sim três entidades associadas do Estado Espanhol. E uma delas é a Sodepaz, que já faz parte de EspaNica desde a decisão política aprovada em AG ordinária de Junho de 2017. Nesta sessão foi tomada a decisão de incorporar a Sodepaz e a OCSI (outra entidade que leva mais de trinta anos no âmbito do trabalho de Cooperação e Economia Social) e outra entidade da Andaluzia que se chama Autonomia Sur, que também é promotora da Economia Social e Solidária.

A EspaNica apoia também, e há mais de quinze anos, um projeto de cultivo de marañon (castanha de caju) para apoiar mulheres da zona do Noroeste da Nicarágua, muito perto da fronteira com as Honduras. Através deste projeto apoiamos a comercialização do caju deste grupo de cerca de trinta mulheres.

Um grande passo dado pela Sodepaz foi o de trabalhar com o açúcar ecológico de Cuba, para quebrar o embargo a Cuba. Nós também nos solidarizamos com o projeto cubano em todo o possível, conjuntamente e de forma solidária, distribuindo esse açúcar de Cuba a partir das redes de comercialização da EspaNica.

Para finalizar, a EspaNica também quer e aspira a ser facilitadora de outros projetos de economia local, porque temos essa capacidade, aproveitando as mesmas redes onde estamos a distribuir café, açúcar, cacau, caju, etc, distribuimos também o azeite de Marinaleda.

Marinaleda é um projeto social muito importante e convido a procurarem na internet para ficarem a conhecer o mesmo. Marinaleda é uma localidade que se desenvolveu de uma forma muito diferente de como fizeram outras localidades de Espanha. É verdadeiramente um projeto social, comunitário. Por isso comercializamos o azeite de Marinaleda.

Tentamos também apoiar um projeto nas Astúrias com o qual temos tido algumas dificuldades. É um projeto de uma cooperativa que se chama Agrecoastur, que tem um projeto com a maçã autóctona para a sidra. Este é um projeto pelo qual sentimos muita simpatia.

O pequeno fracasso no qual ainda estamos a trabalhar tem a ver com a questão do pré-financiamento. Quando a EspaNica adianta dinheiro aos produtores de café, fá-lo a 0% de juros. O café que vai ser vendido em Março, Abril ou Maio de um determinado ano, já o começámos a pagar em Março ou Abril do ano anterior. E é com um ano de antecedência que a EspaNica adianta o dinheiro do café que vai ser vendido um ano mais tarde. Por outro lado, só vamos recuperar o dinheiro das vendas passados seis ou oito meses...

Já conseguimos fazer isto com os produtores de café, com o esforço de muitos anos, mas ainda não o conseguimos com o azeite, com o açúcar de Cuba, porque é muito difícil adiantar dinheiro para o pré-financiamento. Vamos chegar lá mas neste momento não é possível.

## Quinta da Fornalha: uma experiência de Comércio Justo em Portugal, por Rosa Dias

Bom dia. Quero agradecer ao CIDAC pelo convite feito e por ser nosso cliente desde o princípio. Vou falar um pouco sobre a nossa experiência.

A Quinta da Fornalha é uma quinta agrícola familiar que está na família do meu pai há cerca de 250 anos. Representa o que é uma quinta de autossuficiência com distribuição dos produtos pela família, sendo os excedentes vendidos.

Devido à globalização, nos últimos cinquenta anos, os países europeus, e sobretudo Portugal, ficaram numa situação de concorrência desleal relativamente ao que são os seus produtos tradicionais. Estamos a falar de frutos secos – figo seco, amêndoa, azeitona, alfarroba, também o sal, etc..

A minha família foi sempre confrontada, com o passar do tempo, com o aparecimento no mercado de mercadoria similar no nome, não na qualidade nem na variedade. Mas sim mercadoria genérica que vinha de outras partes do mundo. E, como é óbvio, a preços que eram incomportáveis para nós, para podermos competir, não só pela industrialização e mecanização que ocorreu em várias partes do mundo mas também pelo tipo de agricultura que praticam. Por exemplo, nos EUA com a amêndoa, que não pratica nenhum tipo de agricultura de sequeiro como é tradicional, respeitando os recursos hídricos a distribuir pela população, assim como a fertilidade dos terrenos e a aptidão própria dos terrenos para a agricultura. Praticam o esgotamento dos recursos e da fertilidade dentro dos próprios terrenos através do abuso dos mesmos.

Temos também o caso da alfarroba de Marrocos, que não era propriamente um país produtor de alfarroba. Ou o caso da Austrália, que neste momento é a segunda maior produtora do mundo. O próprio Algarve e a Península Ibérica já foram os primeiros produtores mundiais e este é um produto tradicional daqui, que fazia parte da alimentação de toda a Europa Mediterrânea, assim como o figo. Neste momento já não faz parte, nomeadamente, entre outras razões, devido ao aparecimento do chocolate e à substituição do que era o “chocolate” europeu que era a alfarroba.

Isto para dizer que numa quinta tradicional que respeita a diversidade dos seus terrenos - em trinta hectares tenho cinco tipos de terrenos diferentes – não podemos pensar em fazer estruturas de negócio intensivas nem monocultura porque a própria morfologia do terreno não o permite. E igual ao caso da minha quinta, há milhões, que não têm bem uma maneira de se adaptar ao que são os novos mercados concorrenciais. Eu não posso converter de repente a quinta toda para amêndoa e arranjar uma máquina para apanhar amêndoa, nem o posso fazer com o resto das outras culturas. Implica praticar um modelo de policultura com respeito pela biodiversidade, distribuindo a mão-de-obra pelo ano todo e evitando picos.

Estou a falar de tudo aquilo que é o contrário do negócio típico capitalista, focalizado na produção intensiva, com a tentativa de diminuir os custos ao máximo, pois não se pode aumentar os custos ao consumidor porque se não ele chora. E quem vai sofrendo sempre é o terreno, ambiente, as pessoas, os trabalhadores, os vizinhos e por aí a fora.

O nosso desafio foi como pegar então numa estrutura que tinha uma maneira de ser trabalhada sustentável e socialmente correta, que implicava a existência de mais mão-de-obra do que propriamente máquinas... A questão a colocar foi: como podemos resistir e construir outra vez? Acordar para a realidade em vez de dizermos “Ah! Tantos problemas...”.

E o que nós tentámos fazer foi tentar usar as armas, que são um pouco as armas do capitalismo. Eu sou formada em psicologia, quando estive a estudar no meu curso focalizei-me mais no que é a visão do consumidor e em perceber como atrair um consumidor para um produto. E é interessante porque é nesse trabalho emocional que se faz com o consumidor que se consegue dar um salto qualitativo na cadeia de comercialização através de várias maneiras... Vou então focalizar-me mais particularmente na parte do figo e falar da estrutura económica da quinta.

Já disse que são trinta hectares e cinco tipos de cultura, com uma estrutura imobiliária grande à volta de mil metros quadrados de coberto entre as casas da minha família e os espaços para os animais, etc..

Fui chamada pela minha família devido a uma situação familiar difícil, em que o meu pai estava com uma empresa agrícola biológica já em fase de falência, com várias tentativas de ultrapassar uma série de problemas. Eu entrei na empresa familiar para suprir uma situação em que já tínhamos feito erros, já tínhamos aprendido e tínhamos de procurar a solução para andar para a frente.

O que é que eu trago de diferente para o projeto?

É fundamental compreender e sensibilizar o consumidor porque as pessoas querem comércio justo e as pessoas querem sentir-se mais coerentes com elas próprias e estão à procura dessas coisas, mas é difícil ...

A ideia de viabilização da Quinta da Fornalha passou então por uma análise daquilo que seriam as coisas a usar, os recursos da quinta, dos pomares, das oliveiras, das figueiras e a salina; posteriormente, as alfarrobeiras e laranjeiras. Portanto, tínhamos figos, laranjas, azeitonas, alfarrobas, amêndoas e sal. Tínhamos muita coisa para vender, mas tudo isto em quantidades pequeninas, com produção artesanal e sem grande capacidade de escala.

Por isso o que foi preciso fazer foi analisar o que é que efetivamente tinha saída no mercado para estes produtos e descobrimos que, no meio destes produtos, havia muitas coisas mas só uma tinha capacidade para conseguir andar para a frente. E acabámos por pegar no figo fresco que era uma produção de um pomar com cinquenta anos certificado em agricultura biológica pelo meu pai em 1994 e que vendíamos para Lisboa e para as primeiras cooperativas de produção e consumo biológico - que naquela altura se chamava Biocoop - e que também tinha uma estrutura de cooperação no Porto. Mas, como é óbvio, os mercados portugueses são muito pequeninos, sobretudo a parte biológica era muito residual e tudo o que se conseguia vender era ridículo.

Quando nós não conseguimos encontrar saída em circuitos curtos para as coisas que nós temos, precisamos de outras alternativas. Dou o exemplo das cento e vinte toneladas de sal anuais na salina mais dez de flor de sal. É impossível vender as cento e vinte toneladas no Algarve porque há salinas em Olhão, Lagos, Alvor, Ilha Cristina. E relativamente àquilo que muitas vezes nas cidades, nos polos urbanos se fala muito, que são os circuitos locais e curtos, tudo isto faz muito sentido mas nos polos urbanos!

Para nós foi muito necessário encontrar não uma solução mas todas as possíveis e imaginárias! Portanto, nós temos certificação biológica, neste momento exportamos figos para França, para uma das maiores importadoras de produtos biológicos frescos. Este é um produto que vai direto para um distribuidor que depois faz a distribuição nos grandes canais.

A seguir, transformamos os figos que não são exportados (porque não têm características necessárias para entrar num mercado altamente exigente que é o da normalização da fruta), pois apesar de sermos biológicos, queremos ter tudo direito e temos de competir à mesma nesses mercados e cumprir esta legislação.

E temos produtos que realmente a sua vocação é esta, é terem percursos curtos e são vendidos na época porque é possível. Há outros produtos que não vou desistir deles apenas porque não os consigo vender através do comércio justo ou de uma cadeia curta, porque há uma cultura por trás, há pessoas que se sentem atraídas por ele e por isso tenho de encontrar uma solução para eles.

Portanto, no caso das figueiras, que é a coisa mais simples e que está mais trabalhada na nossa empresa, o que fazemos é o seguinte: aquilo que tem capacidade para ser exportado é exportado e o que não tem capacidade para ser exportado é transformado. Investimos um pouco numa pequena cozinha industrial na nossa quinta, e custou algum trabalho porque as leis muitas vezes não estão adaptadas aos pequenos produtores, são feitas para os grandes produtores, e é difícil. Mas faz-se... e os excedentes são transformados em doce de figo. Quando atingimos uma quota que sabemos que vamos conseguir vender a um preço justo, fazemos outro produto: o chutney de figo agri-doce. E como é óbvio, uma pessoa pode comprar um doce de figo para tomar ao pequeno-almoço e comprar outro produto para temperar a carne. Assim nós conseguimos vender os mesmo figos e é isso que nos interessa. Também secamos os figos. Mas com os figos secos é muito difícil concorrer no mercado porque os figos turcos chegam a Portugal a um euro o quilo, quando dois euros ou três é o que custa a apanha ao quilo, uma vez que se faz à mão e estão quarenta graus abaixo das figueiras. Para eu poder pagar a uma pessoa que corresponda a este esforço obviamente não consigo competir a um euro o quilo, apanhados por pessoas que receberam muito pouco.

O que é que eu faço? Vou buscar outras receitas e outras fórmulas para transformar a matéria-prima que não tem saída num outro produto. Por isso temos de olhar para os consumidores e entender afinal o que é que eles querem. Apesar de eu ter a minha ideologia eu não me posso fechar ao que é a realidade e as pessoas, hoje em dia, gostam de coisas novas e diferentes. Agora até é mais fácil porque gostam de coisas biológicas e naturais. Felizmente nos últimos dez anos temos assistido a uma corrente verde que, quando o meu pai foi à falência não existia, apenas existia biológico e fazia-se agricultura biológica por ideologia e por valores e não porque rendia mais. Hoje em dia, já existe esse mercado e é mais fácil conseguir esse valor.

Fazendo uma caracterização da quinta em termos sociais a quinta tem dez trabalhadores, três dos quais trabalham diretamente implicados no turismo, três na agricultura e outros três na transformação alimentar e depois há uma, que sou eu, que gere tudo isto.

A quinta teve de trabalhar numa diversidade e numa pluralidade de áreas para conseguir ser rentável. Se nós só vendêssemos figo fresco não haveria faturação suficiente para suprir as necessidades que temos. Além disso, não conseguimos fazer o jogo do típico capitalista, que é especializar-se para fazer só uma coisa, de modo a produzir muito a custos pequenos. Somos pequenos e respeitamos a Natureza na nossa quinta. Quando fazemos intervenções são para a manutenção da biodiversidade. Por exemplo, nós mantemos a cultura da alfarroba que claramente não é rentável - nove hectares de alfarrobeira dá-nos um rendimento por hectare que não chega aos 90 euros, que é praticamente o valor da apanha da alfarroba e da venda da vagem. Mas queremos continuar a fazer esta atividade, suportando os custos extra, porque é uma forma de continuar a tratar do campo. Como a alfarrobeira

é uma leguminosa, não sei se há pessoas aqui que percebam de ambiente, mas as leguminosas são plantas que fazem regeneração do solo, por isso não as eliminamos para plantar figueiras. A figueira é uma parte importante da faturação juntamente com o turismo, mas não devemos esquecer o resto das coisas que também são importantes para a existência da própria quinta, tanto a nível cultural como a nível social. E assim vão-se “puxando” todas as outras atividades que não têm tanta rentabilidade monetária, mas têm outro tipo de rentabilidades. Por exemplo, a horta ou algumas das atividades que nós temos relacionadas com animais ou com as hortas de cultivo... Nós não vendemos abóboras, nem cenouras nem courgettes. São coisas que nós temos na quinta e todos os trabalhadores têm acesso às coisas que se produzem e que não têm carácter monetário ou comercial.

Talvez esta seja uma destas iniciativas rurais ou anarquistas, apesar de sermos uma empresa capitalista com ânimo de lucro, este lucro é normalmente reinvestido na quinta. E é tradição nossa tentarmos perceber, à medida que a quinta vai crescendo, se há mais áreas de possibilidade de negócio para empreender por uma pessoa que queira e goste do que está a fazer. Com alguma periodicidade vamos aumentando o número de postos de trabalho na quinta, abrindo a possibilidade a pessoas que, mesmo vindo de fora, queiram fazer coisas e não tenham a possibilidade de se financiar, podendo assim associar-se à quinta e fazer os seus projetos.

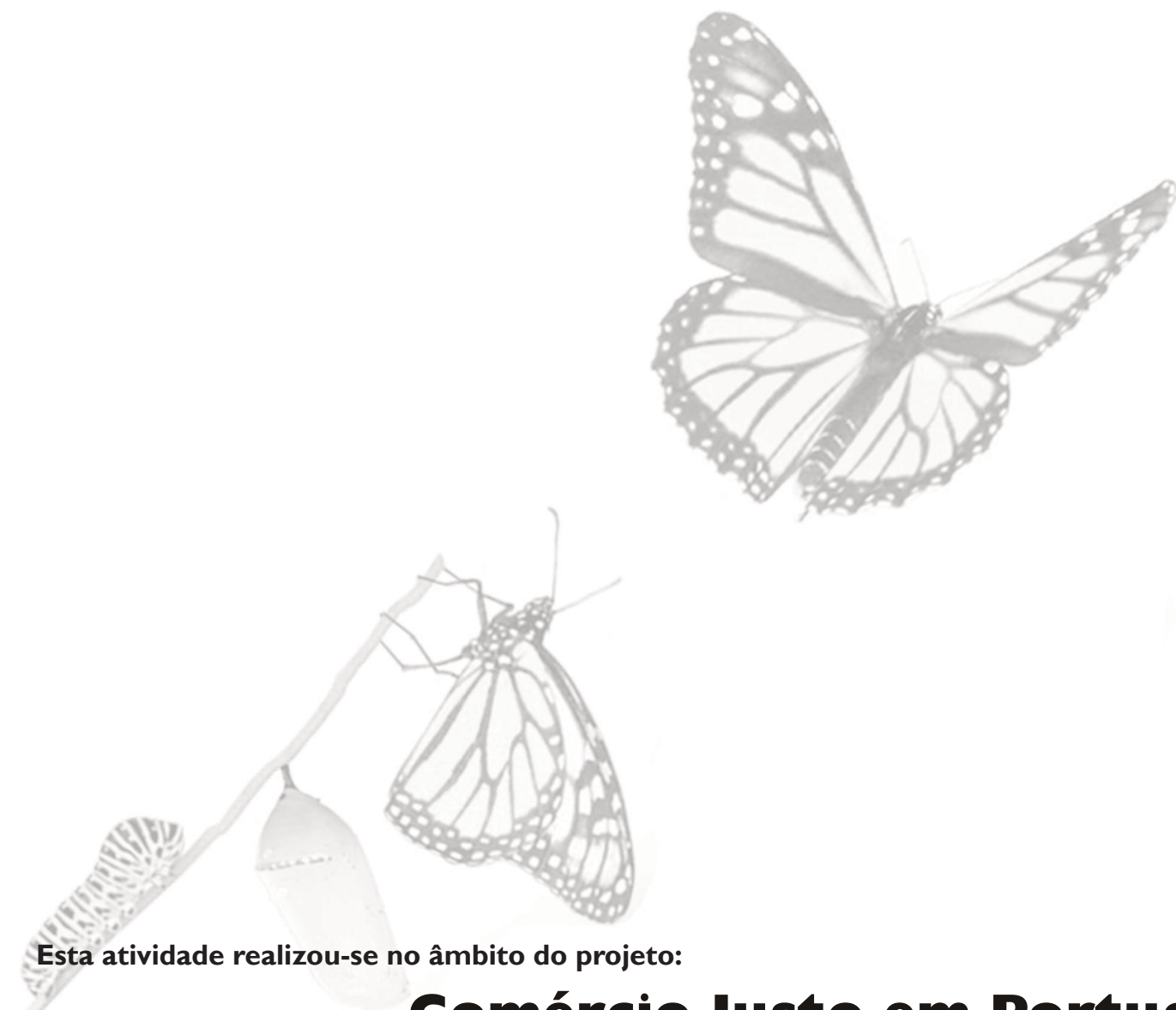
Para finalizar gostaria de referir que as nossas compotas são feitas com o açúcar de Cuba do Comércio Justo, comercializado pela Sodepaz através da Mó de Vida. Um produtor não é obrigatoriamente só um produtor, isto é, o produtor pode ser também um consumidor e tudo deve ser circular. Mas não é só isso, não sou só eu que tenho de ser ajudada, mas eu também tento ajudar e isto é uma coisa básica. E aí deveria haver mais reflexão de reciprocidade, não só em apoiar os produtores, mas também pedir aos produtores para eles serem justos nas suas compras e nas coisas que fazem.

Gostaria agora de referir as redes de comércio justo e referir a minha tristeza em saber que realmente a divisão entre o hemisfério sul e norte é muito grande. Dou um exemplo com a cooperativa Terras de Sal da qual eu faço parte. É uma cooperativa de produtores de salicultura de sal tradicional e flor de sal, em Castro Marim. Esta é uma arte com um historial de cinco mil anos de antiguidade que esteve basicamente na falência uma série de anos e que ninguém ligou nenhuma. A cooperativa fez um esforço enorme para ir a feiras internacionais contactando entidades para ver se conseguia obter algum tipo de selo. Isto porque o sal estava a ser comprado a oito cêntimos o quilo, em Portugal, e a ser vendido a sete euros, na Alemanha, e isto dentro da Europa,. É algo que acontece todos os dias em todas as áreas.

Os figos que eu vendo a cinco euros o quilo para França já me foram comprados por um comerciante espanhol a um euro o quilo, e depois ele revendia a cinco para os franceses. Isto é o pão nosso de cada dia! Acho que era muito importante que isto viesse a público, não só para a própria sensibilização dos consumidores, pois estas diferenças de lucros são quase obscenas, mas também que houvesse mais procura e mais tentativas de export. Quando estas pessoas são expostas ficam tão envergonhadas que têm de fazer qualquer coisa, porque os consumidores começam-se a aperceber do poder que têm quando compram, como compram e a quem compram. Acho que não só devemos tentar explorar o lado bom mas também devemos apanhar o mau e denunciar as coisas más.

Eu, às vezes, sinto-me muito mal com o fato de ter uma empresa normal, convencional, não ser uma associação, mas tenho uma relação muito familiar com as pessoas com quem trabalho e muito próxima. Queria contar uma coisa que fiz na gestão da empresa, que fiz quase por acaso, e que foi a melhor coisa que poderia ter feito este ano porque me abriu os olhos e que teve a ver com o aumento dos salários. Todos os anos tentamos aumentar os salários das pessoas que trabalham na quinta. Temos todos um salário mais ou menos parecido, mas nem todos os anos as coisas nos correm tão bem que nos permita subir os salários e, de repente, ocorreu-me que fazia mais sentido dar mais cinco dias de férias do que aumentar as pessoas. Queria deixar só esta ideia que tem a ver com a qualidade de vida das próprias pessoas ao nível familiar e pessoal e de que a justiça não seja só dinheiro mas que seja também mais qualidade de vida e mais tempo.





Esta atividade realizou-se no âmbito do projeto:

# Comércio Justo em Portugal: conhecer, compreender, problematizar

## Apoios:



Lisboa  
Centro de Informação Urbana



## Organização:

**CIDAC**

Centro de Intervenção para  
o Desenvolvimento Amílcar Cabral